ANÁLISE DOS DISCURSOS DE ÓDIO NO AMBIENTE ESCOLAR: RACISMO RECREATIVO E A NATURALIZAÇÃO DO "HUMOR NEGRO"

Luiz Felipe Silva Oliveira
Jussara Natalia Moreira Belens de Melo
Silvio César Lopes da Silva
sclop34@gmail.com
jussara26@servidor.uepb.edu.br
luiz.felipe.oliveira@aluno.uepb.edu.br

INTRODUÇÃO

A escola, enquanto instituição social historicamente constituída, configura-se como espaço privilegiado de socialização, circulação de saberes e produção de subjetividades. Contudo, longe de ser um território neutro, ela reproduz e, por vezes, intensifica desigualdades e hierarquias presentes na sociedade mais ampla. Entre essas manifestações, destaca-se o fenômeno do racismo recreativo — conceito cunhado por Moreira (2019) para designar práticas discriminatórias travestidas de humor, brincadeira ou entretenimento —, que opera de modo sutil, porém devastador, na produção de exclusão e sofrimento psíquico.

A escolha do tema ora proposto emergiu de observações sistemáticas realizadas em contexto de sala de aula, nas quais se identificaram interações entre estudantes marcadas por brincadeiras que reproduziam práticas de racismo recreativo e outras formas de discriminação. Durante essas situações, tornou-se evidente que ofensas relacionadas à cor da pele, ao corpo e à orientação sexual eram frequentemente tratadas como "brincadeiras", sendo reproduzidas pelos próprios estudantes.

Observou-se, que alunos negros dirigiam comentários de cunho racista entre si; estudantes com obesidade eram interpelados por apelidos gordofóbicos; e alunos pertencentes à comunidade LGBTQIA+ também reproduziam ofensas em tom de humor. Tais vivências evidenciaram a naturalização de discursos discriminatórios no ambiente escolar, despertando o interesse em investigar o tema de forma mais aprofundada.

Diante desse cenário, o presente texto propõe-se a ampliar essa reflexão, conferindo-lhe um tratamento científico e crítico, de modo a evidenciar a importância da temática no processo formativo do graduando em Sociologia, participante do programa institucional PIBID-UEPB e futuro professor. Parte-se do pressuposto de que compreender os mecanismos pelos quais a discriminação se naturaliza é condição indispensável para que o futuro docente possa atuar de maneira consciente, crítica e transformadora.

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) busca contribuir para a formação inicial de professores e aproximar a universidade da escola pública. No subprojeto de Sociologia, a inserção no cotidiano escolar permite observar relações sociais, refletir sobre práticas pedagógicas e construir intervenções educativas articuladas aos conhecimentos da área. Nesse contexto, a análise de situações de discriminação constitui uma oportunidade formativa para compreender os desafios da docência e planejar ações comprometidas com o respeito à diversidade.

METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa, tendo como foco a análise de situações observadas no contexto da sala de aula. A metodologia buscou compreender as experiências, interações e discursos presentes entre os estudantes, considerando os significados atribuídos às práticas de convivência e às situações de discriminação identificadas no ambiente escolar.

Inicialmente, foi realizada a observação em sala de aula, acompanhando as interações entre os estudantes, suas falas, comportamentos e formas de relacionamento durante as atividades escolares. A partir dessas observações, foram identificadas situações em que comentários, apelidos, piadas e outras manifestações discriminatórias eram tratados pelos próprios estudantes como simples brincadeiras.

Em seguida, as situações observadas foram analisadas e problematizadas com o auxílio das contribuições teóricas dos autores utilizados no trabalho. O conceito de racismo recreativo, de Adilson Moreira (2019), foi utilizado como referência para compreender como determinadas práticas aparentemente humorísticas podem reproduzir preconceitos, estereótipos e desigualdades. Dessa forma, as situações identificadas em sala foram relacionadas às discussões apresentadas pelo autor sobre a naturalização de práticas racistas por meio do humor e das chamadas “brincadeiras”.

Também foram utilizadas as contribuições de Paulo Freire (2022), especialmente sua perspectiva de uma educação baseada no diálogo, na problematização da realidade e na conscientização dos sujeitos. A partir dessa perspectiva, a análise das situações vivenciadas em sala de aula não se limitou à identificação das práticas discriminatórias, mas buscou promover uma reflexão crítica sobre suas causas, consequências e formas de enfrentamento.

Nesse processo, a pesquisa-ação contribuiu para aproximar a análise da intervenção pedagógica, uma vez que a observação da realidade escolar esteve articulada à reflexão e à construção de possibilidades de transformação. Assim, a metodologia foi organizada em três

momentos principais: observação das situações em sala de aula; análise e interpretação das situações com base nas contribuições teóricas de Moreira e Freire; e problematização pedagógica das práticas observadas, buscando favorecer a conscientização dos estudantes e o reconhecimento de atitudes discriminatórias que muitas vezes são naturalizadas no cotidiano escolar.

Desse modo, a metodologia permitiu relacionar a realidade observada em sala de aula com os referenciais teóricos adotados, estabelecendo um diálogo entre a experiência prática e a discussão acadêmica sobre racismo recreativo, discursos discriminatórios, educação crítica e formação para o respeito à diversidade.

REFERENCIAL TEÓRICO

A discussão teórica deste trabalho articula duas contribuições centrais: a análise de Adilson Moreira (2019) sobre o racismo recreativo e a concepção de educação crítica e dialógica de Paulo Freire (2022). O diálogo entre esses referenciais permite compreender que manifestações discriminatórias não se restringem a agressões explícitas: também podem ser reproduzidas em piadas, apelidos e comentários cotidianos, cuja aparência de humor contribui para sua aceitação social. No contexto escolar, a problematização dessas práticas é parte do processo educativo, pois favorece o reconhecimento das desigualdades e a construção de relações pautadas no respeito à dignidade humana.

RACISMO RECREATIVO E BANALIZAÇÃO DOS DISCURSOS DE ÓDIO

A manifestação e a banalização dos discursos de ódio no contexto escolar podem ser compreendidas à luz do conceito de racismo recreativo, desenvolvido por Adilson Moreira. Em sua obra, o autor argumenta que o racismo muitas vezes se manifesta por meio de piadas, brincadeiras, apelidos e comentários aparentemente inofensivos, mas que reforçam estereótipos e hierarquias raciais. Ao serem tratados como simples "brincadeiras", esses comportamentos são naturalizados e deixam de ser reconhecidos como formas de violência e discriminação. No ambiente escolar, essa banalização pode ser observada quando estudantes fazem piadas racistas, utilizam apelidos ofensivos ou compartilham memes discriminatórios sem que essas atitudes sejam problematizadas. Segundo Moreira, o humor pode funcionar como um mecanismo de legitimação do preconceito, pois permite que discursos de ódio sejam disseminados sob o argumento de que "é apenas uma brincadeira".

Dessa forma, a escola tem um papel fundamental na promoção de uma educação antirracista, incentivando o respeito à diversidade, o diálogo e a desconstrução de práticas discriminatórias que comprometem a convivência e a dignidade dos estudantes.

NATURALIZAÇÃO E DINÂMICA SOCIAL JUVENIL

O processo de naturalização refere-se ao modo como determinadas práticas, comportamentos e discursos preconceituosos passam a ser vistos como normais ou aceitáveis no cotidiano. Entre os jovens, essa naturalização ocorre por meio da convivência em diferentes espaços de socialização, como a escola, a família, os grupos de amigos e as redes sociais. Quando piadas ofensivas, apelidos discriminatórios e comentários preconceituosos são repetidos sem contestação, eles tendem a ser incorporados como parte da cultura juvenil, dificultando o reconhecimento de seus impactos negativos. No contexto escolar, a dinâmica social entre os estudantes é marcada pela busca de pertencimento e aceitação pelos grupos.

Nesse cenário, muitos adolescentes reproduzem discursos discriminatórios para se integrar aos colegas, conquistar status ou evitar a exclusão. Essa reprodução nem sempre decorre de uma intenção consciente de discriminar, mas da internalização de valores e práticas que foram socialmente normalizados. Essa perspectiva dialoga com Adilson Moreira, em Racismo Recreativo, ao demonstrar que o humor e as "brincadeiras" podem funcionar como mecanismos de legitimação do preconceito. Ao serem justificadas como simples piadas, manifestações discriminatórias deixam de ser percebidas como violência simbólica e passam a reforçar desigualdades e estereótipos.

Assim, o processo de naturalização contribui para a manutenção de práticas de exclusão e dificulta a construção de relações baseadas no respeito à diversidade. Portanto, compreender a dinâmica social juvenil exige reconhecer que os comportamentos dos estudantes são influenciados pelo contexto sociocultural em que estão inseridos. Nesse sentido, a escola desempenha um papel essencial na desconstrução de preconceitos, promovendo a educação para os direitos humanos, o pensamento crítico e a valorização da diversidade, de modo a romper com a naturalização dos discursos de ódio e fortalecer uma cultura de respeito e inclusão.

PERSPECTIVA CRÍTICA E LACUNA FORMATIVA

A perspectiva crítica compreende que os discursos de ódio e as práticas discriminatórias não são fenômenos isolados ou resultado apenas de atitudes individuais, mas expressões de relações históricas, sociais e culturais marcadas por desigualdades de poder. Nessa

abordagem, a escola é entendida como um espaço privilegiado para problematizar preconceitos, promover o pensamento crítico e formar cidadãos comprometidos com os direitos humanos e a democracia.

Entretanto, a realidade escolar evidencia uma lacuna formativa, caracterizada pela insuficiente preparação de professores e demais profissionais da educação para identificar, enfrentar e mediar situações envolvendo discursos de ódio, racismo, preconceito e outras formas de discriminação. Em muitos casos, essas manifestações são tratadas como conflitos interpessoais ou "brincadeiras", sem que se reconheçam suas dimensões sociais e seus impactos sobre as vítimas e sobre o ambiente escolar.

Essa discussão dialoga com a obra Racismo Recreativo, de Adilson Moreira, ao demonstrar que práticas discriminatórias frequentemente são legitimadas pelo humor e pela banalização, tornando-se socialmente aceitas. Quando educadores não dispõem de formação crítica para compreender esses mecanismos, há maior risco de reproduzir ou minimizar situações de violência simbólica, contribuindo para a permanência das desigualdades. Sob a perspectiva da pedagogia crítica, inspirada nas contribuições de Paulo Freire, a educação deve promover a conscientização e o diálogo, permitindo que estudantes analisem criticamente a realidade e questionem práticas discriminatórias naturalizadas.

Assim, superar a lacuna formativa exige investir na formação inicial e continuada dos profissionais da educação, fortalecendo conhecimentos sobre direitos humanos, educação antirracista, diversidade e estratégias de mediação de conflitos. Desse modo, a perspectiva crítica evidencia que o enfrentamento dos discursos de ódio no contexto escolar depende não apenas de normas disciplinares, mas também da construção de práticas pedagógicas comprometidas com a inclusão, a equidade e a valorização da diversidade. A formação adequada dos educadores torna-se, portanto, um elemento essencial para transformar a escola em um espaço de respeito, diálogo e justiça social.

INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA E EDUCAÇÃO CRÍTICA

A crescente manifestação e banalização dos discursos de ódio no ambiente escolar evidenciam a urgência de uma intervenção pedagógica que vá além de medidas punitivas. A escola deve assumir um papel formativo, promovendo práticas educativas que estimulem o respeito à diversidade, o diálogo e a valorização dos direitos humanos. Isso implica reconhecer que preconceitos e discriminações são construções sociais e, portanto, podem ser desconstruídas por meio de processos educativos críticos e contínuos. Nessa perspectiva, a intervenção pedagógica deve estar fundamentada em uma educação antirracista e inclusiva,

capaz de problematizar discursos naturalizados e incentivar os estudantes a refletirem sobre as consequências do preconceito e da intolerância.

A abordagem do tema de forma transversal no currículo, a realização de projetos interdisciplinares, rodas de conversa, debates, estudos de caso e ações voltadas para a cultura de paz são estratégias que favorecem o desenvolvimento da empatia, do pensamento crítico e da convivência democrática. Essa compreensão dialoga com a obra Racismo Recreativo, de Adilson Moreira, ao evidenciar que práticas discriminatórias frequentemente são legitimadas pelo humor e pela banalização, tornando invisíveis formas de violência simbólica. Para o autor, combater o racismo exige desnaturalizar essas práticas e reconhecer que piadas e "brincadeiras" podem reforçar estereótipos, excluir sujeitos e perpetuar desigualdades. Nesse sentido, a intervenção pedagógica deve criar espaços de reflexão que permitam aos estudantes identificar e questionar esses mecanismos de reprodução do preconceito.

Além disso, a perspectiva crítica de Paulo Freire reforça que a educação deve possibilitar a conscientização dos sujeitos por meio do diálogo e da problematização da realidade. Para Freire, a escola não deve apenas transmitir conhecimentos, mas formar indivíduos capazes de compreender as estruturas sociais e atuar na transformação de situações de injustiça e opressão. Dessa forma, a urgência da intervenção pedagógica está na necessidade de construir uma cultura escolar comprometida com a equidade, a inclusão e os direitos humanos. Isso requer investimento na formação continuada dos professores, fortalecimento das políticas institucionais de enfrentamento à discriminação e desenvolvimento de práticas pedagógicas que promovam o respeito às diferenças. Somente por meio de uma ação educativa intencional e crítica será possível romper com a naturalização dos discursos de ódio e consolidar um ambiente escolar democrático, seguro e acolhedor para todos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das situações observadas em sala de aula permitiu organizar a discussão em três eixos: (1) a apresentação de ofensas como brincadeiras; (2) a reprodução de discursos discriminatórios nas relações entre pares; e (3) a necessidade de mediação pedagógica e formação crítica. Esses eixos decorrem dos registros e interpretações descritos no material de origem, não de uma mensuração quantitativa dos episódios.

No primeiro eixo, as falas e os apelidos relacionados à raça, ao corpo e à orientação sexual eram frequentemente apresentados como humor. A contribuição de Moreira (2019) permite problematizar esse enquadramento, pois o humor pode encobrir a reprodução de estereótipos e

desigualdades. A justificativa de que se trata apenas de uma brincadeira não elimina os efeitos discriminatórios nem a responsabilidade de quem a reproduz.

No segundo eixo, observou-se que os próprios estudantes podiam reproduzir comentários ofensivos entre colegas. A análise sugere que a naturalização não deve ser entendida somente como uma decisão individual, mas também como processo social ligado à convivência, ao pertencimento a grupos e à circulação de valores culturais. Essa interpretação exige cuidado para não reduzir os adolescentes a agentes isolados, mas compreender as condições sociais que tornam certas expressões aceitáveis.

No terceiro eixo, a experiência evidencia a importância de práticas docentes que não minimizem os episódios nem se limitem à punição. A perspectiva dialógica de Freire (2022) sustenta a problematização da realidade e a conscientização dos sujeitos. Rodas de conversa, análise de situações, debates e projetos interdisciplinares podem criar condições para reconhecer impactos, rever comportamentos e construir acordos de convivência. Essas estratégias devem ser conduzidas de modo a não expor estudantes atingidos nem reproduzir as ofensas durante a discussão.

Como limite, o texto se apoia em observações realizadas em contexto escolar e em sua interpretação teórica; o material de origem não apresenta número de participantes, período de observação ou instrumentos padronizados. Assim, os resultados devem ser compreendidos como uma análise qualitativa situada, útil para reflexão pedagógica, e não como generalização para todas as escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada em sala de aula sobre esse tipo de discriminação foi fundamental para evidenciar que muitas atitudes e "brincadeiras", frequentemente vistas como inofensivas, podem reproduzir preconceitos e causar danos às pessoas que delas são alvo. A discussão do tema contribuiu para que essas práticas deixem de ser naturalizadas e passem a ser reconhecidas como formas de discriminação. Além disso, é essencial promover esse debate no ambiente escolar, pois ele favorece a conscientização dos estudantes e de toda a comunidade escolar sobre os impactos dessas ofensas, incentivando o respeito às diferenças, a empatia e a construção de uma convivência baseada na igualdade e nos direitos humanos.

Conclui-se que o enfrentamento da discriminação requer reconhecer que o humor pode atuar como veículo de preconceitos e que a escola tem responsabilidade formativa na construção de relações respeitosas. A experiência também reforça a relevância do PIBID na formação docente, ao possibilitar a articulação entre observação do cotidiano escolar, referencial teórico

e reflexão sobre intervenções pedagógicas. Como encaminhamento, recomenda-se aprofundar o registro sistemático das situações e avaliar, em trabalhos futuros, os efeitos de atividades educativas voltadas à educação antirracista, aos direitos humanos e à valorização da diversidade.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), à Escola Estadual CAIC José Joffily, ao professor supervisor Silvio César Lopes da Silva e aos estudantes, cuja participação, experiências e interações contribuíram para as reflexões e o desenvolvimento deste trabalho.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 78. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

MOREIRA, Adilson. Racismo recreativo. São Paulo: Jandaíra, 2019.